

BATALHA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO E CONTAS 2015

MUNICÍPIO DA BATALHA

RELATÓRIO E CONTAS

**DO MUNICÍPIO DA BATALHA
EXERCÍCIO DE 2015**

INTRODUÇÃO	5
ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO	9
PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	10
1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços	10
1.1. Composição da Câmara Municipal	10
1.2. Composição da Assembleia Municipal	12
1.3. Organização dos Serviços	12
PARTE II - RECURSOS HUMANOS	13
1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	13
1.1. Controlo do Mapa de Pessoal	13
1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal	15
1.3. Absentismo / Assiduidade	17
PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL	17
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL	17
1.1. Execução Orçamental da Receita	17
1.2. Execução Orçamental da Despesa	19
1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano	21
1.4. Indicadores de Gestão orçamental	22
1.5. Equilíbrio Orçamental	23
2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	24
2.1. Análise ao Balanço	24
2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)	28
2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)	30
2.4. Análise à Demonstração de Resultados	32
2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial	36
2.6. Anotação de factos relevantes	37
2.7. Proposta de Aplicações de Resultados	37
2.8. Considerações Finais	37

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório reportado ao exercício económico de 2015, o qual procura ser clarificador quanto à origem das receitas e aplicação das despesas, bem como à situação económica e financeira da Autarquia e seu desempenho, traduzido em alguns indicadores de atividade.

Tal como tem vindo a acontecer nos últimos seis anos, as Contas Públicas do Município tiveram um impacto significativo decorrente do novo Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, da nova Lei das Finanças Locais (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais) e do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Iniciativas legislativas que provocaram uma profunda reforma da Administração Local e a mudança de paradigma na gestão dos recursos públicos.

Apesar dos condicionalismos legais impostos à execução orçamental do município, em obediência ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e o Memorando de Entendimento Técnico, assinados pelo Governo em 17.05.2011 com o BCE, FMI e CE (Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF); à necessidade de aplicação dos aumentos da receita das transferências do OE (FEF + IRS) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), na amortização extraordinária dos empréstimos a médio e longo prazo; e à contenção da política salarial por aplicação das reduções remuneratórias exigidas na Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, **a Autarquia manteve a execução das suas principais linhas programáticas contidas nas Grandes Opções do Plano, sem perder de mira o equilíbrio e consolidação das suas Contas.**

As demonstrações financeiras revelam uma **situação patrimonial globalmente equilibrada e reforçada**, apesar da disciplina orçamental e das regras de endividamento exigidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2015, que têm vindo a impor ao setor público local um esforço de ajustamento das suas finanças, condicionando as transferências do orçamento do estado e das comparticipações dos fundos comunitários ao cumprimento de regras que têm sido escrupulosamente respeitadas pelo Município da Batalha, destacando-se nos primeiros lugares a nível nacional.

► Ação Focalizada na Preparação de Candidaturas ao PORTUGAL 2020

A ação do Executivo Municipal tem-se concentrado na preparação de projetos e formalização de candidaturas enquadradas no Programa Operacional para a Região Centro (CENTRO 2020), Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) e Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE), assim como na elaboração, programação e aprovação dos principais instrumentos de planeamento enquadramentos da política dos investimentos públicos e de ordenamento do território a realizar no concelho até 2020, tais como, Plano Diretor Municipal (revisão), Plano de Ação para a Regeneração Urbana da Vila da Batalha (PARU), Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Reguengo do Fétal (ARU), Carta Educativa, de entre outros, catalisadores dos projetos enquadrados no plano estratégico do Município.

Grande parte da política de investimentos da autarquia estará necessariamente escudada na captação de fundos comunitários do novo quadro de apoio – PORTUGAL 2020 – e, fundamentalmente, por instrumentos de financiamento contidos em **Contratos de Parceria** a implementar com outros parceiros locais, autarquias e Comunidade Intermunicipal (CIMRL), no âmbito das **Abordagens Integradas de Base Territorial (AIBT)**, integradas num quadro de referência que se materialize nos seguintes objetivos para o Concelho da Batalha:

- Aumentar a produção de sinergias positivas e a escala de referência territorial dos investimentos de iniciativa municipal, robustecendo o nível supramunicipal;
- Promover a integração harmoniosa de investimentos em infraestruturas e equipamentos públicos com

os relativos ao crescimento económico e ao desenvolvimento social;

- Valorizar e garantir a produção de resultados, efeitos e impactos na modernização e diversificação da base económica, na criação de emprego e na melhoria das condições de vida dos cidadãos.

A abordagem aos programas comunitários tem extravasado o âmbito regional e nacional. Para além do recurso aos operacionais regionais e nacionais (PORTUGAL 2020 e CENTRO 2020), o Executivo tem procurado concorrer ao Programa Horizonte 2020, dirigido diretamente por Bruxelas, no qual se privilegia a constituição de redes de parceiros europeus, catalisadoras de ações de intercâmbio para fomento de projetos nos domínios da inovação, da investigação, do ensino e da promoção da cultura e do património. Neste âmbito, foram submetidas candidaturas ao Programa da Rede de Cidades Europeias - “Network of Towns”, Programa URBACT (smart cities) na qualidade de líder de consórcio, e ao Reflective Horizon 2020 em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), aguardando-se por pareceres favoráveis.

► Município vê aprovados novos projetos estruturantes para a regeneração urbana da Vila, fruto da boa performance na gestão dos fundos comunitários, em fase de «overbooking»

A elevada percentagem de execução do Programa Mais Centro pela Autarquia da Batalha, a par da **Constituição de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) na Vila da Batalha**, foram fatores determinantes para o enquadramento e aprovação de 3 projetos pelo MAIS CENTRO (no âmbito de avisos condicionados em regime de overbooking), designadamente:

- “Eixo circular ao Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio ao Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”, com incentivo aprovado de 429.125,50 € para um investimento de 537.579,00 €;
- “Valorização Ambiental da Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal ao Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”, com incentivo aprovado de 706.122,34 € para um investimento de 834.475,19€;
- “Valorização do espaço urbano nas imediações do Centro Histórico e do Mosteiro Santa Maria da Vitória, com incentivo aprovado de 314.899,52 € para um investimento de 370.470,02€.

O Município da Batalha detém a mais elevada taxa de execução do Programa Comunitário MAIS CENTRO, no cômputo dos municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, com uma percentagem de execução superior a 97%, e valor FEDER aprovado que ascende os 7,4 milhões de euros.

► Recurso ao Programa de Regeneração Urbana (PARU) possibilitado pela constituição da Área de Reabilitação Urbana (ARU) na Vila da Batalha

Com a aprovação da **Área de Reabilitação Urbana da Vila da Batalha (ARU)** em Assembleia Municipal de 28/02/2014, cujo aviso está publicado em D.R. nº 60, 2ª S., de 26 de março de 2014, mediante parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), de 20/02/2014, **está a ser possível concorrer ao fundo comunitário «Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)»**, em concurso através do Aviso nº CENTRO-16-2016-01 do Programa Operacional CENTRO 2020. Sem a ARU, não seria possível recorrer a este programa comunitário de apoio à regeneração urbana na Vila da Batalha, com investimentos públicos previstos na ordem dos 2,4 milhões de euros, a financiar com taxa de 85% a fundo perdido, e investimentos privados que podem ter acesso a um instrumento financeiro na ordem dos 0,7 milhões de euros.

O projeto permitirá a realização de investimentos públicos nos domínios do urbanismo, requalificação de edifícios públicos, valorização de espaços verdes e zonas ribeirinhas, mobilidade urbana e qualificação do património edificado; e enquadrar projetos de natureza privada, nos domínios da habitação e valorização da atividade económica de base local.

Neste contexto, estão já identificados projetos privados que terão a possibilidade de concorrer ao Instrumento Financeiro (IF), e projetos públicos a realizar pelo Município, destacando-se a:

- **Unidade de Apoio à Rede Europeia para Juventude** (Edifício Ex-Hospital da Misericórdia), para acolhimento de iniciativa criativa que promova co-working e redes de networking e da inovação social, prevendo-se um investimento na ordem dos 500.000 €;
- Recuperação do Edifício Dr. Gens para acolhimento da Universidade Sénior e Rede Europeia de Investigadores (Recuperação da Casa Dr. Gens), com investimento previsto a rondar os 525.000 €;
- Operação Urbanística de Salvaguarda aos impactos do Ruído e Poluição sobre Mosteiro Sta. Maria da Vitória, na Zona Poente junto à EN1, 600.000 €;
- Intervenção de requalificação urbanística e ambiental do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) na margem poente do Rio Lena, cuja estimativa orçamental ronda os 400.000 €;
- Readaptação do antigo campo de futebol junto ao mosteiro para Parque de Eventos Sta. Maria da Vitória, pelo valor estimado de 300.000 €.

► **Aproximar o Cidadão da Administração: “Acolhimento da Loja do Cidadão”**

Com o objetivo de assegurar maior proximidade dos serviços públicos ao cidadão, o Município da Batalha assumiu, em Memorando de Adesão ao Programa Aproximar celebrado com o Estado Português em 29 de abril de 2015, representado pelo Governo, o compromisso de instalar uma Loja do Cidadão no Edifício Paços do Concelho, iniciativa esta que culminou recentemente com a aprovação de uma candidatura ao abrigo do Programa Operacional CENTRO 2020 para o seu cofinanciamento.

Este projeto acolherá, numa lógica de condomínio, os Serviços Locais de Finanças (Administração Tributária - AT), da Conservatória (Instituto dos Registos e do Notariado - IRN) e da Segurança Social (SS), assim como o Espaço do Cidadão em funcionamento, contribuindo para aproximar os serviços públicos dos cidadãos, assegurando uma maior coesão social e territorial, e garantindo um enriquecimento da diversidade e qualidade dos serviços administrativos prestados às populações. Trata-se de um projeto fundamental para a promoção de uma Administração Pública sustentável, com ganhos significativos de eficácia na prestação do serviço público e redução de custos de contexto que resultam da partilha de recursos.

Sustentável, pelo facto de se prestar um serviço de melhor qualidade aos cidadãos e às empresas de forma mais eficiente; próxima no sentido de colocar a relação com o cidadão, independentemente da sua localização territorial, recursos e capacitação, no centro da sua atividade.

Ciente desta prioridade de reorganizar a rede de serviços públicos do Estado no território nacional e do importante papel que os municípios têm para a sua concretização, o Município da Batalha, numa primeira fase decidiu acomodar nas suas instalações o Espaço do Cidadão, através de protocolo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), a 28 de julho de 2014. Numa segunda fase, acolheu o Serviço Local da Segurança Social mediante protocolo celebrado para o efeito e, por último, no contexto desta operação, procurará adaptar o Edifício Paços do Município para acolhimento dos Serviços de Conservatória e de Finanças da Batalha.

O projeto de remodelação das instalações consiste numa ampliação dos espaços funcionais do Edifício dos Paços do Concelho do Município da Batalha de uso administrativo, sito na Rua D. Fernando, na Vila da Batalha; e no redesenho do layout do piso 0 de parte dos espaços existentes para a integração das repartições municipais do IRN e da AT, serviços esses a serem servidos por um único espaço de entrada e de triagem dos utilizadores.

► **Propiciar uma vida ativa e mais saudável para os idosos, leva à criação da Academia Sénior**

A Academia Sénior da Batalha é uma realidade que conta com mais de cem participantes. O projeto visa a ocupação dos tempos livres de forma saudável da população sénior do concelho, motivando-os para aprendizagens de

diversas matérias como a informática, as artes plásticas e o exercício físico.

Registe-se que o apoio aos mais idosos constitui um objetivo para a Autarquia da Batalha que tem implementados diversos projetos de apoio à população sénior, com o apoio fundamental da rede de IPSS concelhias. A disponibilização gratuita do serviço de teleassistência domiciliária, comparticipação de medicamentos, implementação do Programa Novas Primaveras nas IPSS ou o empréstimo gratuito de ajudas técnicas a acamados são apenas dos programas disponibilizados pelo Município da Batalha.

► **Fundo de Emergência Social apoio famílias carenciadas**

O **Fundo de Emergência Social** destinado a apoiar as famílias em situação de grave carência económica, em complemento de outras medidas já existentes na Autarquia, deu já os seus frutos, revelando-se numa resposta essencial, evitando situações de desestruturação e rutura de algumas famílias, em momentos em que se encontravam no limiar da sobrevivência.

A iniciativa funciona numa lógica de parceria com entidades competentes da Administração Central e Instituições Particulares de Solidariedade Social, consolidando-se uma estratégia de desenvolvimento social para o Concelho da Batalha, de modo a minorar carências específicas de alguns estratos populacionais, mediante a concretização de medidas complementares às existentes nos domínios da ação social, saúde, habitação e educação, possibilitando a progressiva inserção social dos mais desfavorecidos.

Estas e muitas outras iniciativas marcaram a atuação do Executivo, fortemente empenhado na promoção do desenvolvimento do concelho, ainda que o contexto nacional e internacional não tenha sido favorável e permissivo ao investimento, a avaliar pelos principais indicadores macroeconómicos a seguir mencionados.

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

A restrição de financiamento constitui uma das maiores condicionantes ao funcionamento da economia portuguesa, e o que mais contribuiu para o condicionamento da sua recuperação. Apesar do ambiente internacional ter evoluído nos últimos meses de forma favorável à recuperação da economia portuguesa, esta ainda não atingiu valores sustentáveis que levem ao levantamento de muitas das medidas de contenção orçamental, inclusive das restrições que se abatem sobre as finanças públicas, e em particular sobre as finanças da administração local.

Por um lado o crescimento rápido dos países emergentes foi uma oportunidade que Portugal conseguiu aproveitar, assim como o crescimento dos países desenvolvidos constituiu igualmente uma oportunidade de compensação por eventuais perdas em alguns desses mercados. Estima-se que a economia mundial terá crescido 3,3%, permanecendo no entanto abaixo dos níveis observados na década anterior à crise de 2009. O crescimento da economia portuguesa não passou dos 1,2%.

No entanto, e tendo em conta que há riscos e incertezas diretamente relacionados com o financiamento e que afetam a economia portuguesa, há também riscos decorrentes do comportamento da economia mundial, designadamente, a nossa capacidade de reforçar as exportações, que está diretamente ligada ao comportamento dos mercados externos, a desaceleração das economias emergentes, nomeadamente aquelas com quem temos relações comerciais importantes, e que pode condicionar a diversificação de destinos para além da União Europeia, e o preço do petróleo, pela incerteza e extensão do impacto que tem no desempenho económico.

Releva-se ainda, os efeitos que os elevados níveis de endividamento, quer públicos quer privados, podem induzir na dinâmica de crescimento. Estes elevados valores podem fazer com que, quer as famílias quer o tecido empresarial optem pela contenção, como processo de redução da dívida, ao invés de impulsionarem a procura através de níveis mais elevados de consumo e de investimento.

Por outro lado, ainda que seja de esperar que até 2016 os custos de financiamento se mantenham relativamente baixos, não podemos ignorar as consequências da inversão desta tendência. Se as taxas de juro voltarem a subir, a despesa com juros de famílias, empresas e Estado aumentará substancialmente, e a folga para poupar ou adquirir bens e serviços diminuirá.

No contexto Local, destaca-se a reduzida taxa de desemprego que em 31 de dezembro de 2015 se situava abaixo dos 6 %, com 574 inscritos no Centro de Emprego. Registou-se ainda um saldo bastante positivo entre o número de sociedades que vieram a ser constituídas e aquelas que encerraram a sua atividade. Foram constituídas 51 novas sociedades, das quais 11 ligadas aos setores produtivos da indústria de transformação e energia, e 40 do setor dos serviços. Assistiu-se à morte de 26 empresas, sendo mais representativo o setor dos serviços com 15 sociedades dissolvidas.

O Concelho da Batalha continua a revelar indicadores sociais e económicos que traduzem um nível de qualidade de vida acima da média nacional e regional, dos quais destacamos:

- ▶ A percentagem de beneficiários do RMG e RSI é de 0,7%, significativamente abaixo das médias a nível nacional (4 %) e do Pinhal Litoral (2,3%);
- ▶ A percentagem de contribuintes ativos para o sistema da segurança social situa-se acima dos 52%, indicador significativamente superior à média nacional (46,4%) e do Pinhal Litoral (48,6%);
- ▶ A percentagem de pensionistas da população residente é de 3,1%, menos de metade do referencial nacional (6,9%) e bastante abaixo da média do Pinhal Litoral (4,3%).
- ▶ **Regista desde 2011 a 2015 um crescimento assinalável ao nível de constituição de empresas** e expressa um saldo positivo face às dissoluções. Em termos acumulados, no período considerado foram criadas 235 novas empresas (+ 55%), contra 123 dissoluções e um saldo positivo de 112 empresas.

BATALHA - CONSTITUIÇÃO/DISSOLUÇÃO PESSOAS COLETIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS 2011-2015						
Ano	Cc Cod	Cc Dsg	Nr. Soc. Cons.	Nr. Soc. Diss.	Saldo	Var. Nr. Soc. Cons.
2011	1004	Batalha	39	25	14	-
2012	1004	Batalha	35	28	7	-10%
2013	1004	Batalha	46	18	28	31%
2014	1004	Batalha	52	27	25	13%
2015	1004	Batalha	63	25	38	21%
Valores acumulados (2011 – 2015)			235	123	112	55%

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

É neste contexto que apresentamos as Contas Públicas do MUNICÍPIO DA BATALHA do exercício de 2015, projetadas com rigor, transparência, equilíbrio financeiro e orçamental e na salvaguarda dos elementares princípios da legalidade.

PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. Composição da Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Executivo (início de funções a 14/10/2013):



Presidente: Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Pelouros: Administração Geral; Desenvolvimento Económico e Emprego; Planeamento Urbanístico; Revisão do PDM; Obras Municipais; Freguesias; Assuntos Jurídicos; Proteção Civil; Defesa do Consumidor; Comunicação e Cooperação Externa.



Vice-Presidente: Carlos Alberto de Oliveira Henriques

Pelouros: Educação e Ação Social Escolar; Ambiente e Energia; Desporto e Coletividades; Obras Particulares e Loteamentos; Toponímia, Sinalética e Trânsito; Cemitérios, Mercados e Venda Ambulante; Logística e Equipamentos.



Vereador em Regime de Permanência: Carlos Agostinho Costa Monteiro

Pelouros: Gestão Financeira e Administrativa;
Recursos Humanos e Qualificação da Administração; Setor Empresarial Local;
Candidaturas a Fundos Estruturais; Modernização Administrativa e Património.



Vereador em Regime de Permanência: Cíntia Manuela da Silva

Pelouros: Ação Social;
Solidariedade (Instituições Particulares de Solidariedade Social);
Cultura; Turismo e Saúde.



Vereador: Carlos Emanuel Oliveira Repolho

Pelouros: Desenvolvimento Rural; Ordenamento Florestal



Vereador: Nuno Ricardo Silva Barraca

Pelouros: Pedreiras Históricas; Termalismo.



Vereador: André da Costa Loureiro

Pelouros: Juventude; Promoção do Associativismo.

1.2. Composição da Assembleia Municipal

Deputados Municipais (início de funções a 14/10/2013):

António José Martins de Sousa Lucas (Presidente)
Ana Cristina Duarte Caleira Barraca (1º secretário)
Silvestre Pereira Carvalhana (2º secretário)
António Carlos Costa Jordão
António Joaquim Soares Zeferino
Carina Filipa Sousa Tomás
Carlos Soares de Sousa
Cristóvão Mira Ribeiro
Elisabete de Jesus Moita
Graça Maria Henriques Pereira
Herculano Carvalho dos Reis
Joaquim Pinheiro Tojeiro
José Joaquim Filipe Valentim
José Tiago Pereira Couto Duarte
Leonor Ferreira Faustino
Luís Miguel Ribeiro Ferraz
Marina Valente Vieira
Nuno Miguel Costa Monteiro
Raquel Maria Cunha Ferreira
Rogério Paulo Batista da Silva
Rui Manuel Henriques de Oliveira Rodrigues
Germano Santos Pragosa (Presidente Freguesia Batalha)
Carlos Alberto Monteiro dos Santos (Presidente Freguesia Golpileira)
Horácio Manuel Gonçalves Sousa (Presidente Freguesia Reguengo Fétal)
Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente Freguesia S. Mamede)

1.3. Organização dos Serviços

A Organização Interna dos serviços municipais obedece a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artº 9º, em conjugação com o Artº 10º do D.L. nº 305/2009, de 23 de outubro. A atual estrutura orgânica do município, foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 16 de fevereiro de 2015.

A presente estrutura orgânica tem por finalidade dotar o município de uma estrutura orgânica adequada, com perspectiva de futuro, suportada de um quadro qualificado capaz de responder com os objetivos estratégicos de desenvolvimento municipal, garantindo motivação, condições de trabalho, de eficiência e eficácia.

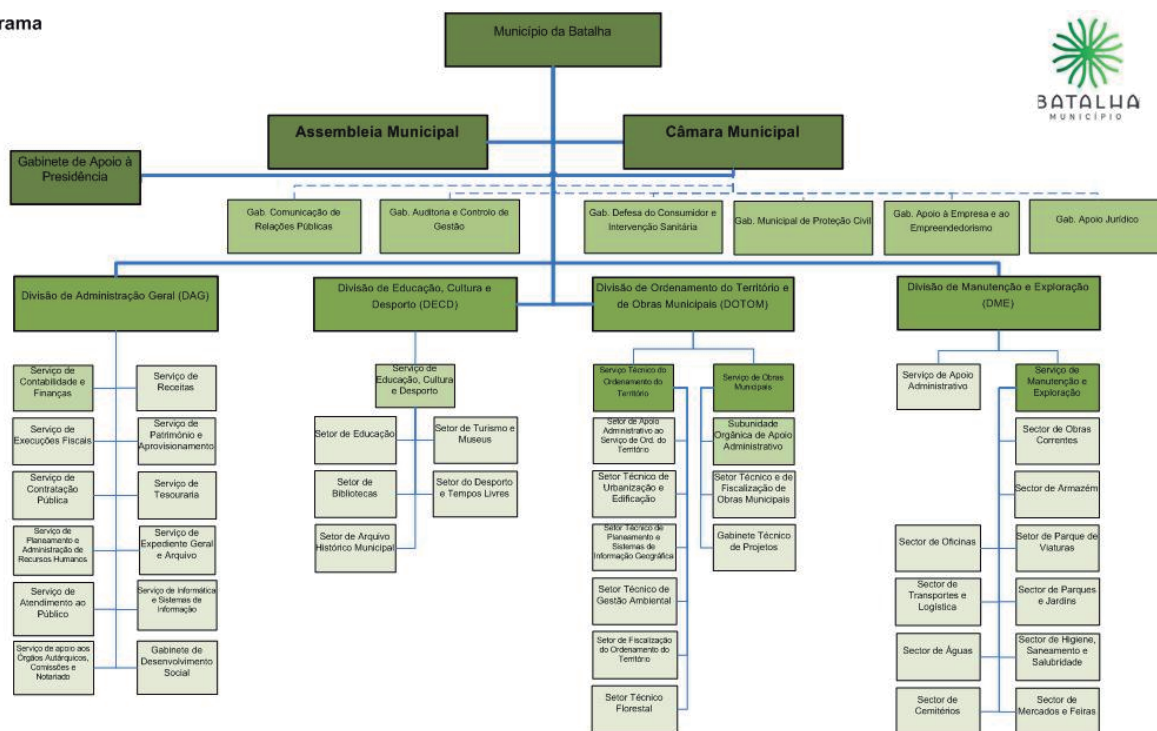
Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

- ▶ A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em **4**, correspondente à seguinte estrutura:
 - Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais (DOTOM);
 - Divisão de Manutenção e Exploração (DME);
 - Divisão de Administração Geral (DAG);
 - Divisão de Educação, Cultura e Desporto (DECD).

- A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:
- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade e Finanças;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organograma dos serviços:

Organograma



Modelo Estrutural Hierarquizado – Conforme Dec. Lei 305/2009, de 23 de Outubro

PARTE II - RECURSOS HUMANOS

1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

1.1 Controlo do Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro, a estrutura de recursos humanos era composta por 147 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- 7 docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado;
- 63 colaboradores (pessoal não docente) transferidos para o Município em regime de mobilidade no âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local (Contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência e o município da Batalha em 18 de maio de 2015);
- 1 Assistente técnico em regime de cedência de interesse público, consequência da outorga do protocolo entre o Turismo Centro Portugal (TCP) e o Município da Batalha;

► Os restantes estão integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas. O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Q.1. Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total
Dirigentes		4			4
Técnicos Superiores	11		7		18
Assistentes Técnicos	44				44
Assistentes Operacionais	80				80
Informática	1				1
Outros	-				-
TOTAL	136	4	7	-	147

Verificaram-se 82 entradas que dizem respeito às seguintes situações:

- 1 colaborador em regime de comissão de serviço (chefe de divisão DAG);
- 7 docentes das AEC's, devido à necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às atividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha;
- 1 técnico superior em regime de mobilidade âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local;
- 1 assistente técnico por término da cedência de interesse público entre serviços (serviço recetor Iserbatalha, E.M.);
- 17 assistentes técnicos em regime de mobilidade âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local;
- 1 assistente técnico por cedência de interesse público entre serviços (serviço emissor TCP);
- 47 assistentes operacionais em regime de mobilidade âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local;
- 7 assistentes operacionais com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Q.2. Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes		1		1
Técnicos Superiores	8			8
Assistentes Técnicos	19			19
Assistentes Operacionais	54			54
Informática				0
Outros				0
TOTAL	81	1	0	82

Em contrapartida, registaram-se 14 saídas, das quais destacamos a caducidade de 7 contratos a termo (técnicos superiores das Atividades de Enriquecimento Curricular); 1 técnico superior para comissão de serviço; 6 assistentes operacional por aposentação, todos eles com vínculo à função pública, por tempo indeterminado, 2 dos quais em regime de mobilidade do Agrupamento de Escolas.

Q.3. Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	8			8
Assistentes Técnicos				0
Assistentes Operacionais	6			6
Informática				0
Outros				0
TOTAL	14	0	0	14

1.2 Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1,987 milhões de euros, verificou-se um aumento de 148.021,90€ face ao ano anterior, fruto do acolhimento do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas da Batalha ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. Verifica-se um aumento da rubrica remuneração aos membros dos Órgãos Autárquicos, consequência da integração de um vereador em regime meio tempo, e uma diminuição da remuneração do pessoal em qualquer outra situação devido à redução do número de contrato de emprego de inserção (CEI). De salientar que neste rubrica, estão incluídos os colaboradores abrangidos pelos estágios profissionais (PEPAL), os colaboradores afetos ao gabinete de apoio à presidência e vereação, assim como os colaboradores ao abrigo dos contratos de emprego de inserção.

Q.4. Custos com Pessoal

Descritivo	2014	2015	Peso %	Var. '14-15
Remunerações Certas e Permanentes	1 275 793	1 385 428	69,7%	8,6%
Membros dos Órgãos Autárquicos	118 993	121 426	6,1%	2,0%
Pessoal do Quadro	780 858	922 134	46,4%	18,1%
Pessoal em qualquer outra situação	134 273	92 720	4,7%	-30,9%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	987	0	0,0%	-100,0%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	32 494	32 512	1,6%	0,1%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	34 255	33 057	1,7%	-3,5%
Subsídio de Férias e de Natal	173 932	183 580	9,2%	5,5%
Outras Despesas c/ Pessoal	191 276	198 037	10,0%	3,5%
Deslocações e Ajudas de Custo	17 204	17 799	0,9%	3,5%
Trabalho Extraordinário	11 945	8 780	0,4%	-26,5%
Subsídio de Refeição	108 155	118 630	6,0%	0,0%
Abonos para falhas	1 307	1 812	0,1%	38,6%
Abonos e Senhas Presença	16 883	15 861	0,8%	-6,1%
Representação	35 782	35 156	1,8%	-1,7%
Suplementos e Prémios	0	0	0,0%	100,0%
Segurança Social	372 375	404 001	20,3%	8,5%
Pensões	1 247	4 064	0,2%	225,8%
Encargos com a Saúde	48 636	56 404	2,8%	16,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	11 253	13 743	0,7%	22,1%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	37 630	30 026	1,5%	-20,2%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	262 187	285 801	14,4%	9,0%
Acidentes em serviço e doenças profissionais			0,0%	
Seguros de Pessoal	11 422	13 963	0,7%	22,3%
TOTAL	1 839 444	1 987 466	100%	8,0%

Q.5 Limite Legal – Custos com Pessoal

Ano referência	2014	2015
Nº Efetivos (Trabalhadores)	80	147
Custo Médio por Efetivo	22 993	13 520
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	21,4%	23,2%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	35,7%	38,7%

Não obstante o aumento do número de colaboradores, manteve-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. O limite só foi parcialmente utilizado em 38,7%, registando-se uma situação praticamente de igual nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior.

O indicador que traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente, revela uma das mais baixas taxas a nível nacional (de apenas 23,2%).

Nos termos do artigo 62º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12 (LOE/2015), as Autarquias Locais que não se encontrem numa situação de desequilíbrio, de saneamento, ou rutura financeira podem aumentar as suas despesas com pessoal no ano 2015, desde que:

- As despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares não sejam superiores a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;
- E que esse aumento não seja superior a 20% da margem disponível que resulte do cálculo do indicador mencionado no parágrafo anterior, face às despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares realizadas no exercício de 2014.

Para efeitos do previamente referido, não relevam os aumentos da despesa com pessoal, que decorram das seguintes situações:

- Despesas resultantes de disposições legais;
- Despesas resultantes da assunção pelo município de pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local;
- Despesas resultantes de decisões judiciais;
- Despesas resultantes da internalização de atividades no município;
- Despesa resultante no âmbito do atendimento digital assistido;
- Afetação de recursos humanos entre autarquias ao abrigo de acordos de delegação de competências;

Q.6. Limite das despesas com pessoal (LEO/2015)

	Designação	2012	2013	2014
	Receita Corrente Líquida cobrada	7 182 840	7 801 969	8 562 75
	Média da Receita Corrente Líquida Cobrada		7 849 201	
(1)	35% da Média Receita Corrente Líquida Cobrada dos exercícios de 2012, 2013 e 2014		2 747 220	
(2)	Despesas com pessoal e aquisição de serviços a pessoas singulares (02.02) em 2014		1 905 195	
'(3)=20%* [(2)-(1)]	Margem Disponível disponível para aumento das despesas com pessoal (01) e aquisição de serviços a pessoas singulares (02.02) em 2015		168 405	
(4)	Limite das despesas com pessoal (01) e aquisição de serviços a pessoas singulares (02.02) para 2015		2 073 600	

De referir que o limite das despesas com pessoal e aquisição de serviços a pessoas singulares para 2015 é de 2.073.600€. Verifica-se assim que o montante das despesas com pessoal em 2015 ascendem em 1.987.466€ e tendo em conta a exceção dos custos com o pessoal não docente do Agrupamento de Escolas da Batalha transferido para o Município ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competência, no montante de 173.522,87€, resulta uma despesa no valor de 1.813.943,13€, o que fica abaixo do limite legalmente estabelecido.

1.3 Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas atingiu os 2.989 dias, um aumento de 1.507 dias em relação ao ano 2014, explicado pelo aumento de colaboradores na função de educação.

Q.7. Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas)						Total Faltas Dias
	Casamento	Falecimento Familiar	Doença	Por Acidentes Trabalho	Assistência Família	Trabalhador Estudante	
Dirigentes					8		9
Técnicos Superiores		4	16		565		594
Assistentes Técnicos		6	170		296	13	527
Assistentes Operacionais		12	1 823		14		1 859
Informática							
Outros							
TOTAL		22	2 009		883	13	2 989

PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1. Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2015 verificou-se um aumento global das receitas cobradas em 7,70%, relativamente ao ano anterior. As receitas correntes registaram um acréscimo na ordem dos 430 mil euros, devido ao aumento dos rendimentos de propriedade (adenda ao protocolo de concessão do Parque Eólico), assim como as transferências correntes, por via do aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do IRS. As transferências de capital diminuíram na ordem dos 520.818 mil euros, cuja tendência foi mormente influenciada pela redução das receitas provenientes dos projetos cofinanciados no âmbito do QREN, uma vez que estes se encontravam em fase de encerramento.

De salientar que foram encerrados os dois projetos cujo contrato de financiamento comunitário foi aprovado relativo às candidaturas em overbooking “Valorização Ambiental Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal” e o “Eixo Circular Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”, com um custo total de 1,3 milhões de euros. A obtenção da comparticipação comunitária ocorrerá no exercício económico seguinte, cujo valor previsto será na ordem dos 1,177 milhões de euros.

As receitas cobradas ascenderam aos 11,6 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental acima dos 92%, denotando uma diminuição nominal de 4 pontos percentuais em relação ao ano passado. A adoção da

Lei dos Compromissos foi determinante na concretização deste nível de eficiência orçamental.

As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, diminuíram globalmente 7,9%, cuja tendência ficou a dever-se à diminuição do IMI (-12,2%), IMT/SISA (-2,1%) e o IUC (-1%). A Derrama sofreu um ligeiro acréscimo (4%).

Q.8. Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2014					Exercício 2015				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Diretos	2 534 191	3 070 514	3 059 436	525 245	120,7%	2 807 081	2 847 899	2 817 216	10 135	100,4%
02 Impostos Indiretos	87 617	77 709	77 647	-9 970	88,6%	88 853	76 088	76 103	-12 750	85,7%
04 Taxas, Multas Ou.s Penalidades	625 576	609 131	600 108	-25 468	95,9%	606 374	628 390	628 941	22 567	103,7%
05 Rendimentos de Propriedade	567 778	559 319	558 089	-9 689	98,3%	565 614	1 183 316	806 735	241 121	142,6%
06 Transferências Correntes	3 912 790	3 962 864	3 962 864	50 074	101,3%	4 380 151	4 688 674	4 390 461	10 311	100,2%
07 Venda Bens e Serviços Cor.	170 051	229 587	230 180	60 129	135,4%	312 728	279 532	263 707	-49 021	84,3%
08 Outras Receitas Correntes	103 750	75 858	74 469	-29 281	71,8%	2 720	12 404	10 371	7 651	381,3%
Receitas Correntes	8 001 753	8 584 982	8 562 794	561 041	107,0%	8 763 521	9 716 302	8 993 535	230 014	102,6%
09 Venda de Bens de Investimento	434 000	124 033	124 033	-309 968	28,6%	549 176	166 548	166 548	-382 629	30,3%
10 Transferências de Capital	1 803 202	1 376 256	1 044 706	-758 496	57,9%	1 340 139	559 035	523 888	-816 251	39,1%
11 Ativos Financeiros				0					0	0,0%
12 Passivos Financeiros				0					0	
13 Outras Receitas de Capital	12 000	75 284	75 284	63 284	627,4%	3 000	17 741	1 206	-1 794	40,2%
Receitas Capital	2 249 202	1 575 573	1 244 023	-1 005 179	55,3%	1 892 315	743 323	691 642	-1 200 673	36,6%
15 Reposições Não Abat Pag.s	1 000	7 679	7 679	6 679	767,9%	2 000	768	768	-1 232	38,4%
Saldo da Gerência Anterior	992 011	992 011	992 011	0		1 952 239	1 952 239	1 952 239	0	0,0%
Total	11 243 967	11 160 245	10 806 507	-437 460	96,1%	12 610 075	12 412 633	11 638 184	-971 891	92,3%

O grau de execução dos impostos diretos situou-se nos 2.817.216 €, tendo-se verificado a superação da previsão orçamental (100,4%).

Q.9. Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2014				Exercício 2015				Var. (%) RC '15-'14
	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	1 619 994	2 007 102	387 108	123,9%	1 757 079	1 761 398	4 319	100,2%	-12,2%
IUC / IMV	415 367	434 635	19 268	104,6%	442 944	430 282	-12 662	97,1%	-1,0%
IMT / SISA	155 176	277 685	122 509	178,9%	283 039	271 937	-11 102	96,1%	-2,1%
Derrama	343 654	340 015	-3 639	98,9%	324 019	353 598	29 579	109,1%	4,0%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Impostos Diretos	2 534 191	3 059 436	525 245	120,7%	2 807 081	2 817 216	10 135	100,4%	-7,9%
Mercados e Feiras	36 625	37 917	1 292	103,5%	37 026	35 151	-1 875	94,9%	-7,3%
Loteamentos e Obras Urbanização	38 389	38 446	57	100,1%	42 114	28 678	-13 436	68,1%	-25,4%
Ocupação Via Pública	3 680	47	-3 633	1,3%	3 038	9 608	6 570	316,3%	20196,6%
Publicidade	7 819	755	-7 064	9,7%	6 258	129	-6 129	2,1%	-83,0%
Outros Imp. Indirectos	1 104	482	-622	43,6%	417	2 537	2 120	608,3%	426,8%
Impostos Indiretos	87 617	77 647	-9 970	88,6%	88 853	76 103	-12 750	85,7%	-2,0%
Mercados e Feiras	2 131	930	-1 201	43,6%	1 550	664	-886	42,8%	-28,6%
Loteamentos e Obras Urbanização	66 557	43 119	-23 438	64,8%	50 478	37 713	-12 765	74,7%	-12,5%
Ocupação Via Pública	904	420	-484	46,5%	1 109	3 012	1 903	271,6%	617,3%
Caça, uso e porte de arma	117	235	118	200,5%	194	211	17	108,8%	-10,0%
Licenciamento Industrial	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	100,0%
Multas, Outras Penalidades e O Taxas	21 640	5 999	-15 641	27,7%	16 400	9 811	-6 589	59,8%	63,6%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	91 349	50 702	-40 647	55,5%	69 731	51 411	-18 320	73,7%	1,4%
Total	2 713 157	3 187 785	474 628	117,5%	2 965 665	2 944 730	-20 935	99,3%	-7,6%

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 85,9%. As despesas totais (realizadas) sofreram um aumento 1.863.361 euros devido, fundamentalmente, ao aumento do volume de investimento e às transferências de capital concedidas às Instituições sem fins lucrativos, no âmbito do apoio ao associativismo.

Q.10. Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	2 332 917	2 023 150	1 987 466	-345 451	85,2%	35 684
02 Aquisição de bens e Serviços	5 508 837	5 214 795	4 733 590	-775 248	85,9%	481 205
03 Juros e Outros encargos	15 200	13 816	13 602	-1 598	89,5%	214
04 Transferências Correntes	630 850	580 813	474 323	-156 527	75,2%	106 491
05 Subsídios	621 906	621 836	485 723	-136 183	78,1%	136 113
06 Outras Despesas Corrente	106 983	101 825	96 863	-10 120	90,5%	4 961
Despesas Correntes	9 216 693	8 556 235	7 791 567	-1 425 126	84,5%	764 669
07 Aquisição de Bens de Capital	2 350 046	2 245 536	2 177 518	-172 528	92,7%	68 018
08 Transferência de Capital	443 430	415 233	298 263	-145 167	67,3%	116 970
09 Ativos Financeiros	71 370	71 370	71 370	0	100,0%	0
10 Passivos Financeiros	528 536	505 337	490 556	-37 980	92,8%	14 781
11 Outras Despesas Capital						
Despesas Capital	3 393 382	3 237 476	3 037 707	-355 675	89,5%	199 769
Total	12 610 075	11 793 712	10 829 274	-1 780 801	85,9%	964 438

Os investimentos realizados determinaram a assunção de despesa de capital no expressivo montante de 3 milhões de euros, consequência da conclusão das obras referentes aos dois projetos: “Valorização Ambiental Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal” e o “Eixo Circular Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”.

Q.11. Comparativo da Despesa (2015 – 14)

	2014			2015			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	DR 2014-2015
01 Pessoal	1 839 444	1 861 460	20,2%	1 987 466	2 023 150	18,2%	8,7%
02 Aquisição de bens e Serviços	4 259 778	4 483 932	48,5%	4 733 590	4 911 010	44,2%	9,5%
03 Juros e Outros encargos	21 384	21 384	0,2%	13 602	13 816	0,1%	-35,4%
04 Transferências Correntes	333 040	347 874	3,8%	474 323	486 486	4,4%	39,8%
05 Subsídios	563 982	563 982	6,1%	485 723	485 723	4,4%	-13,9%
06 Outras Despesas Corrente	78 734	81 336	0,9%	96 863	97 636	0,9%	20,0%
Despesas Correntes	7 096 362	7 359 968	79,7%	7 791 567	8 017 822	72,2%	8,9%
07 Aquisição de Bens de Capital	1 137 077	1 182 364	12,8%	2 177 518	2 194 980	19,8%	85,6%
08 Transferência de Capital	147 230	206 584	2,2%	298 263	311 047	2,8%	50,6%
09 Ativos Financeiros	0	0	0,0%	71 370	71 370	0,6%	0,0%
10 Passivos Financeiros	488 278	488 278	5,3%	490 556	505 337	4,6%	3,5%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	1 772 585	1 877 226	20,3%	3 037 707	3 082 734	27,8%	64,2%
Total	8 868 947	9 237 194	100,0%	10 829 274	11 100 555	100,0%	20,2%

Q.12. Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2014		Exercício 2015	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Apoios ao Associativismo (PDC)	281 099	26,92%	320 254	25,45%
Freguesias	7 498	0,72%	19 620	1,56%
Empresa Municipal (*)	563 982	54,01%	485 723	38,60%
Outras Transf's	44 442	4,26%	134 449	10,68%
Transferências de Capital				
Apoios ao Associativismo (PDC)	55 467	5,31%	163 022	12,96%
Freguesias	91 763	8,79%	108 741	8,64%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf's	0	0,00%	26 500	2,11%
Total	1 044 251		1 258 309	

* Inclui subvenções financeiras à ISEBATALHA. Excetuam-se contratos de prestação de serviços.

Os apoios ao associativismo realizados em 2015 foram na ordem dos 483.276 € (Transferências correntes e Capital) e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências. No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 336.566 €. Verifica-se que as subvenções financeiras à Iserbatalha, referentes aos contratos programa celebrados ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do setor empresarial Local), sofreram uma ligeira diminuição objeto da alteração do iva nos contratos programa no domínio do desporto e da gestão e exploração do Museu – MCCB, cuja aplicabilidade do Novo Regime Jurídico das Empresas Locais e do ofício circulado n.º 30159/20 de 18/06/2014 da AT, estas operações deixaram de ter incidência em sede de iva.

As transferências para as Juntas de Freguesia foram de 128.361€, verificando-se um acréscimo relativamente ao ano de 2014, decorrem dos acordos de execução das competências que foram legalmente delegadas nas juntas de freguesia.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 96%. Obtivemos um índice de eficiência orçamental bastante elevado, devido a uma programação mais ajustada dos fundos disponíveis e da capacidade do Município em gerar receita própria.

Q.13. Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Faturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
1 FUNÇÕES GERAIS	634 013	626 994	696 031	747 168	93%
111 Administração Geral	574 013	566 994	630 066	651 163	97%
121 Proteção Civil e Luta contra Incêndios	60 000	60 000	65 966	96 005	69%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 787 360	5 618 595	6 147 952	6 394 114	96%
211 Ensino Não Superior	93 884	93 884	126 074	182 003	69%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	857 200	852 812	1 000 628	1 007 694	99%
221 Serviços Individuais de saúde	438	438	5 017	5 350	94%
232 Ação Social	64 978	64 817	70 547	104 260	68%
242 Ordenamento do território	1 280 343	1 275 505	1 290 854	1 296 910	100%
243 Saneamento	1 264 511	1 189 844	1 264 519	1 353 218	93%
244 Abastecimento de Água	11 981	11 981	13 881	17 853	78%
245 Resíduos Sólidos	788 382	730 364	799 034	802 752	100%
246 Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	314 153	314 153	343 616	346 274	99%
251 Cultura	601 592	598 135	641 532	667 956	96%
252 Desporto Recreio e Lazer	509 897	486 662	592 250	609 835	97%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0	0	0	10	
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	408 198	401 676	414 561	425 451	97%
320 Indústria e Energia	0	0	4 832	4 850	100%
331 Transportes Rodoviários	367 515	360 992	369 045	379 201	97%
340 Comércio e Turismo	0	0	0	0	
341 Mercados e Feiras	0	0	0	0	
342 Turismo	40 684	40 684	40 684	41 400	98%
4 OUTRAS FUNÇÕES	706 582	690 287	796 459	845 214	94%
410 Operações da Dívida Autárquica	576 707	561 926	576 707	599 906	96%
420 Transferências entre Administrações	129 875	128 361	219 752	245 308	90%
TOTAL	7 536 154	7 337 552	8 055 003	8 411 947	96%
RESUMO :					
1 FUNÇÕES GERAIS	634 013	626 994	696 031	747 168	93%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 787 360	5 618 595	6 147 952	6 394 114	96%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	408 198	401 676	414 561	425 451	97%
4 OUTRAS FUNÇÕES	706 582	690 287	796 459	845 214	94%
TOTAL	7 536 154	7 337 552	8 055 003	8 411 947	96%

A capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento e o equilíbrio de tesouraria atingido, constituíram os fatores determinantes da sustentabilidade financeira do Município, capacitando-o para a concretização do seu plano plurianual de investimentos. No mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retratámos os objetivos estratégicos da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município. O Plano revela a realização de despesa que ascende os 8 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio do ordenamento do território a par do saneamento, logo seguido dos serviços auxiliares de ensino e dos resíduos sólidos. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade

na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Q.14. Fontes de Financiamento dos Investimentos

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (77,2%) resultante da poupança

	Exercício 2014		Exercício 2015	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	0	0,0%	0	0,0%
Venda de Bens de Investimento	124 033	7,0%	166 548	5,5%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	317 201	17,9%	325 951	10,7%
Contratos-Programa	92 958	5,2%	773	0,0%
Fundos Comunitários	634 547	35,8%	197 164	6,5%
Outras Receitas de Capital	75 284	4,2%	1 206	0,0%
Receitas Próprias de Func^o	528 562	29,8%	2 346 065	77,2%
Investimento Pago	1 772 585	100,0%	3 037 707	100,0%

corrente. A transição entre quadros comunitários e o atraso na publicação dos regulamentos do Portugal 2020 justificam a quebra das transferências de capital no âmbito dos fundos comunitários.

1.4. Indicadores de Gestão Orçamental

Com a evolução das receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia passou de 19% para 15%, situação corroborada pelo peso relativo das receitas de funcionamento sobre as receitas totais (95% no ano em análise, quando em período homólogo do ano anterior era de 89%).

Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 1.688.107 € para 1.402.991€.

O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 95%.

Q.15. Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2013	2014	2015
Receitas Fiscais			
(Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	3 357 923	3 749 174	3 552 377
Receitas Próprias de Funcionamento			
(Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	7 920 315	8 784 469	9 194 557
Serviço da Dívida			
(Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	407 840	509 662	504 158
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	77%	89%	95%
Autonomia Financeira			
(Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	865 843	1 688 107	1 402 991
Saúde Financeira			
(Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	11%	19%	15%

Estruturalmente, a autarquia goza de equilíbrio financeiro, situação das mais confortáveis a nível nacional.

1.5. Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município da Batalha cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

Q.16. Poupança Corrente do Exercício

RECEITAS [1]		DESPESAS [2]		POUPANÇA Valor [3] = [1] - [2]		% [3]/[1]
Correntes	9 026 036	Correntes	7 791 567	Correntes	1 234 469	14%
Capital	691 642	Capital	3 037 707	Capital	-2 346 065	-339%

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município da Batalha evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2015, o excedente de 1,1 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias.

Q.17. Regra de Equilíbrio Orçamental

Descrição	2015
Receita corrente bruta cobrada	9 026 035,82
Despesa corrente	7 791 566,82
Saldo Corrente	1 234 469,00
Amortizações médias	149 085,59
Equilíbrio Orçamental	1 085 383,41

2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Análise ao Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2015.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 48.041.376,89€, registaram um aumento de 12.146.603,29€ em relação a 2014, fruto da alteração da política contabilística relacionada com a consideração de valor residual na rede viária (nota explicativa n.º 8.2.3 do Anexo às demonstrações Financeiras).

A dívida a médio e longo prazo diminuiu em 595.970,28€. Este facto, resultou em parte, da amortização extraordinária de 378.035,88€ de um empréstimo celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha, por força da aplicação do nº 4 do artigo 98º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e da transferência de 98.164,36€ para dívida de curto prazo (amortizações de 2016). De referir também, que esta apresenta o valor de 356.848,84€ referente à contribuição do Município na realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, (Conforme indicação da DGAL – SATAPOCAL).

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 14.487.123,45€, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

Q.18. Balanço

Ativo	2015	2014	Var.
AB	AP	AL	(valor)
Imobilizado:			
Bens de Domínio Público:			
Terrenos e recursos naturais.....	3 751	3 751	3 751
Edifícios.....			
Outras construções e infra – estruturas.....	81 177 345	43 753 343	31 978 667
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural.....	50 000	50 000	50 000
Outros bens de domínio público.....			
Imobilizações em curso.....	1 723 064	1 723 064	256 211
Adiantamentos por conta de bens de domínio público.....			1 466 853
	82 954 160	46 530 157	32 288 629
Imobilizações Incorpóreas:			
Despesas de instalação.....			
Despesas de Investigação e de desenvolvimento.....			
Propriedade industrial e outros direitos.....			
Imobilizações em curso.....	291 990	291 990	248 018
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....			43 973
	291 990	291 990	248 018
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais.....	879 318	879 318	879 318
Edifícios e outras construções.....	17 357 304	14 820 653	14 970 223
Equipamento básico.....	1 513 304	289 737	319 233
Equipamento de transporte.....	1 115 268	303 987	126 496
Ferramentas e utensílios.....	452 993	60 439	87 149
Equipamento administrativo.....	1 408 180	107 506	71 778
Taras e vasilhame.....			
Outras imobilizações corpóreas.....	361 121	103 865	94 449
Imobilizações em curso.....	240 716	240 716	232 833
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....			7 884
	23 328 204	16 806 221	16 781 479
Investimentos financeiros:			
Partes de capital.....	166 789	166 789	166 789
Obrigações e títulos de participação.....	550 469	550 469	550 469
Investimentos em imóveis.....			
Outras aplicações financeiras.....			
Imobilizações em curso.....			
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....			
	717 258	0	717 258
Circulante:			
Existências:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	245 197	245 197	266 636
Produtos e trabalhos em curso.....			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo.....			
Produtos acabados e intermédios.....			
Mercadorias.....			
Adiantamentos por conta de compras.....			
	245 197	0	266 636
Dividas de Terceiros - Médio e Longo Prazo			
Clientes, c/c.....			
Contribuintes, c/c.....			
Utentes, c/c.....			
	0	0	0
Dividas de Terceiros - Curto Prazo:			
Empréstimos concedidos.....	17 500	17 500	17 500
Clientes, c/c.....	33 597	33 597	39 127
Contribuintes, c/c.....	8 195	8 195	11 228
Utentes, c/c.....			
Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.....	87 620	87 620	
Devedores pela execução do orçamento.....			
Adiantamentos a fornecedores.....			
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....			
Estado e outros entes públicos.....			7 055
Administração autárquica.....			
Outros Devedores.....	458 342	458 342	451 131
	605 254	517 634	526 040
Títulos negociáveis:			
Ações.....			
Obrigações e títulos de participação.....			
Títulos de dívida pública.....			
Outros títulos.....			
Outras aplicações de tesouraria.....	15 108	15 108	15 108
	15 108	0	15 108
Depósitos bancários e caixa:			
Depósitos em instituições financeiras.....	1 257 688	1 257 688	2 358 792
Caixa.....	740	740	553
	1 258 428	1 258 428	2 359 345
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de proveitos.....	406 013	406 013	382 190
Custos diferidos.....	21 775	21 775	14 655
	427 788	427 788	396 845
Total das amortizações		43 945 986	
Total de Provisões		87 620	
Total do Activo	109 843 387	44 033 606	65 809 781
			53 599 357
			12 210 424

Fundos próprios e passivo	2015	2014	Var. (valor)
Fundos próprios:			
Património.....	51 061 813	51 061 813	
Ajustamento de partes de capital em empresas.....			
Reservas de reavaliação.....			
Reservas:			
Reservas legais.....			
Reservas estatutárias.....			
Reservas contratuais.....			
Reservas Livres.....			
Subsídios.....			
Doações.....	115 000	115 000	
Reservas decorrentes de transferências de ativos.....			
Resultados Transitados.....	-1 952 108	-13 110 088	11 157 980
Resultado Líquido do Exercício.....	-1 183 328	-2 171 951	988 623
Total dos fundos próprios	48 041 377	35 894 774	12 146 603
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos.....	246 160	246 160	
	246 160	246 160	0
Dívidas a terceiros de médio e longo Prazo			
Empréstimos de MVL prazo.....	1 157 490	1 610 721	-453 230
Credores Administrações Públicas – FAM.....	356 849	499 589	-142 740
	1 514 339	2 110 310	-595 970
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos de curto prazo.....	98 164	150 271	-52 107
Adiantamentos por conta de vendas.....			
Fornecedores c/c.....	178 021	229 371	-51 350
Fornecedores-faturas em receção e conferência.....	180 067	23 235	156 832
Credores pela execução do orçamento.....			
Clientes e Utentes com cações.....	0	0	
Fornecedores de imobilizado c/c.....	17 461	42 422	-24 960
Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência.....	0	0	
Estado e outros entes públicos.....	40 510	30 711	9 799
Administração autárquica.....			
Outros credores.....	469 710	487 957	-18 247
Credores Administrações Públicas – FAM.....	71 370		71 370
	1 055 303	963 966	91 337
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos.....	465 478	589 089	-123 611
Proveitos diferidos.....	14 487 123	13 795 059	692 064
	14 952 601	14 384 148	568 453
Total do Passivo	17 768 404	17 704 584	63 821
Total dos fundos próprios e do passivo	65 809 781	53 599 357	12 210 424

O quadro seguinte é elucidativo de que o imobilizado líquido na ordem dos 68 milhões euros resulta de uma dinâmica de investimento suportada pelo cofinanciamento dos quadros de apoio comunitários.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000, publicada em DR n.º 91 (2ª série) de 17 de abril.

Q.19. Estrutura do Ativo Líquido

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo	2013	2014	2015	VAR. (%) 15-14'
Bens de domínio público	35 576 486	32 288 629	45 530 157	41,01%
Imobilizado incorpóreo	232 797	248 018	291 990	17,73%
Imobilizado corpóreo	16 633 254	16 781 479	16 806 221	0,15%
Sub Total	52 442 537	49 318 125	62 628 368	26,99%
Investimentos financeiros	217 669	717 258	717 258	0,00%
Existências	240 540	266 636	245 197	-8,04%
Dívidas a receber	184 925	526 040	517 634	-1,60%
Títulos negociáveis	15 108	15 108	15 108	0,00%
Depósitos e caixa	1 414 313	2 359 345	1 258 428	-46,66%
Acréscimo de proveitos	423 449	382 190	406 013	6,23%
Custos diferidos	17 504	14 655	21 775	48,58%
SubTotal	2 513 508	4 281 232	3 181 412	-25,69%
Ativo Líquido	54 956 045	53 599 357	65 809 781	22,78%

Conforme se pode verificar, os bens de domínio público registaram uma variação de +41,01% (13.241.528€) relativamente ao ano anterior. Este aumento resultou do registo das correções às amortizações, por via da fixação de valor residual aos bens da rede viária.

Q.20. Investimentos Financeiros

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	2013	2014	2015	VAR. (%)
Partes de capital	166 789	166 789	166 789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	50 880	550 469	550 469	0,00%
Investimentos em imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
Total	217 669	717 258	717 258	0%

A liquidez reduzida e imediata são indicadores que revelam uma situação de tesouraria equilibrada. Em 31/12, o prazo médio de pagamentos situou-se nos **9 dias**, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras.

Q.21. Estrutura da Liquidez

Unidade: milhões de euros

Liquidez	2013	2014	2015	VAR. (%)
1 Disponibilidades	1 414 313	2 359 345	1 258 428	-47%
2 Títulos negociáveis	15 108	15 108	15 108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	184 925	526 040	517 634	-2%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	735 407	963 966	1 055 303	9%
5 Liquidez (5=1+2+3-4)	878 939	1 936 527	735 866	-62%

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais sofreram uma alteração significativa relativamente ao ano anterior, pelos motivos já enunciados no ponto 2.1 do presente relatório. A variação homóloga é de 33,84% em relação ao ano anterior. Em nada compromete a solidez dos capitais próprios face ao ativo líquido.

Q.22. Fundos Próprios

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios				VAR. (%)
Componentes dos Fundos Próprios	2013	2014	2015	
Fundo patrimonial	51 061 813	51 061 813	51 061 813	0,00%
Ajustamentos de partes de capital em empresas				
Reservas + subsídios + doações	115 000	115 000	115 000	0,00%
Resultados transitados	-11 161 637	-13 110 088	-1 952 108	-85,11%
Resultados do exercício	-1 948 452	-2 171 951	-1 183 328	-45,52%
Total dos fundos próprios	38 066 724	35 894 773	48 041 377	33,84%

2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

A dívida a médio e longo prazo diminuiu 28,24%, repartida da seguinte forma: de empréstimos bancários a médio e longo prazo diminuiu cerca de 453.230,28€, incluindo a amortização extraordinária por via do aumento da receita do IMI e das transferências do OE (FEF e IRS), pela amortização do capital Social do FAM 142.740€, e pela transferência do valo previsto em amortizações de empréstimos bancários e FAM do ano 2016, para dívida de curto prazo. O passivo de curto prazo aumentou cerca de 9,5%. Verifica-se a não existência de dívidas em mora.

Q.23. Componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo	2013	2014	2015	VAR. (%)
Dívidas a médio e longo prazo	2 249 270	2 110 310	1 514 339	-28,24%
Dívidas a curto prazo	735 407	963 966	1 055 303	9,48%
Total de dívidas a terceiros	2 984 677	3 074 276	2 569 643	-16,41%
Provisões para riscos e encargos	112 868	246 160	246 160	0,00%
Acréscimo de custos	541 544	589 089	465 478	-20,98%
Proveitos diferidos	13 458 784	13 795 059	14 487 123	5,02%
	17 097 873	17 704 584	17 768 404	0,36%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais, agora designada Regime Financeiro das Autarquias Locais, e pela Lei do Orçamento de Estado. Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 2.569.643€, diminuindo 16,41% em relação ao exercício anterior, devido à diminuição da dívida de empréstimos de médio e longo prazo.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os Prazos Médios de Pagamento situaram-se nos **9 dias**, denotando um excelente desempenho da tesouraria. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

Q.24. Estrutura da Dívida

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2014	2015	Var.Valor
Empréstimos de curto prazo	150 271	98 164	-52 107
Fornecedores c/c.	252 605	358 087	105 482
Fornecedores Imobilizado	42 422	17 461	-24 960
Estado e Outros Entes Públicos	30 711	40 510	9 799
Outros Credores	487 957	541 080	53 123
Total	963 966	1 055 303	91 337

Dívidas de Terceiros (curto prazo)	2014	2015	Var.Valor
Clientes, Contribuintes e Utentes	39 127	33 597	-5 531
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.			
Contribuintes, c/c.	11 228	8 195	-3 032
Estado e Outros Entes Públicos			
Empréstimos concedidos	17 500	17 500	
Outros Devedores	458 185	458 342	156
Total	526 040	517 634	-8 407

Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)	2014	2015	Var.Valor
-------------------------------------	------	------	-----------

A dívida bancária de médio e longo prazo integra uma das componentes do cálculo da dívida total dos municípios. O serviço da dívida representou um encargo total de 518.976,69 € (juros – 13.639,79 € e amortizações – 505.336,90€). É de realçar que os “spreads” aplicados aos empréstimos mantiveram-se inalterados, não obstante a pressão dos bancos para o seu aumento. Manteve-se uma boa política de gestão dos passivos financeiros, através do acompanhamento dos *fixings* das taxas de juro.

Q.25. Endividamento de Médio e Longo Prazo

Caracterização do empréstimo	Finalidade Emprést.	Capital		Encargos do ano			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
		Contratado	Utilizado	Amortiz.	Juros	Total		
Médio Longo prazos (b)								
59034344632-CCAMB	Infraestr. Diversas (I)	287 244,00	231 235,19	12 846,40	879,71	13 726,11	102 771,19	89 924,79
56020441977-CCAMB	Intempéries (I) **	52 427,35	52 427,35	3 217,32	50,03	3 267,35	23 488,73	20 271,41
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	1 626 135,00	1 626 135,00	367 717,36	771,14	368 488,50	681 198,61	313 481,25
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	373 865,00	373 865,00	66 000,26	460,72	66 460,98	92 422,09	26 421,83
97/000917/8 - BBVA	Infraestr. Diversas (N)	2 500 000,00	1 000 000,00	55 555,56	11 478,19	67 033,75	861 111,10	805 555,54
Total		4 839 671,35	3 283 662,54	505 336,90	13 639,79	518 976,69	1 760 991,72	1 255 654,82
Endividamento de médio e longo prazo								1 255 654,82

2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respetivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excecionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as atualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, passámos a ter novos limites legais do endividamento municipal:

- Endividamento Líquido, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, e que agora ficou restringido a 65% do valor que resulta da aplicação da referida fórmula;
- Limites ao Crédito Autárquico, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando o município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF. A Lei do Orçamento de Estado para 2013, determinou que em 31/12/2013, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos das leis acima referenciadas, não podia exceder o que existia em 31/12/2012.

Com a entrada em vigor do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que substitui a anterior Lei das Finanças Locais, os conceitos de endividamento municipal são alterados. Os municípios passaram a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, incluindo aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outras formas de endividamento.

Esta Lei define no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais no período, corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do Município no período “n” (dívida a terceiros de médio e longo prazo mais as dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2015, o montante de 11.773.802,00€. Valor este também comunicado pela DGAL. Sempre que o município não cumpra o limite previsto anteriormente, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III (Entidades intermunicipais).

Q.26. Cálculo do Endividamento

Conta POCAL	Designação	Grupo Endividamento (DGAL)	Saldo Final
221	Fornecedores – C/C	Fornecedores (Contas 221 a 228)	178 020,56
228	Fornecedores – Faturas conferência	Fornecedores (Contas 221 a 228)	180 066,87
23121	Empréstimos Bancários	Empréstimos	1 255 654,82
2421*	Trabalho Dependente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16 236,00
2422*	Trabalho Independente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	1 640,94
2436	IVA – a pagar	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	2 295,23
244*	Imposto selo	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	38,52
2451*	Taxa Social única	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	4 998,24
249*	Outras Contribuições	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	15 301,35
2611	Fornecedores Imobilizado	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	17 461,41
2618	Fornecedores imobilizado – Fat. Confer.	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	0,00
263*	Sindicatos	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	295,76
265*	Fundo social dos Trabalhadores	Outros	987,08
2680262	Fundo de Apoio Municipal	Outros	428 218,84
2684	Credores Transferências Autarquias Locais	Outros	24 947,20
2685*	Depósito de garantia fornec. imobilizado	Cauções	357 230,95
2686*	Outros Depósitos de garantia	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16 677,05
2687*	Retenções a favor de terceiros	Retenções a Favor de Terceiros	6 061,32
2688	Credores Diversos – Entidades Credoras	Outros	50 852,38
2689*	Entidades Credoras Diversas	Outros	12 658,21
Dívida Total (Balanço)			2 569 642,73
Operações não orçamentais			432 125,42
Fundo de Apoio Municipal (LOE/2015-exceção)			428 218,84
Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)			1 709 298,47
Contributo de outras entidades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013)			79 406,79
Dívida Total de operações orçamentais			1 788 705,26
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL			11 773 802,00
Margem face ao limite total			9 985 096,74

* Contas de operações não orçamentais

Significa que o valor da dívida total do Município a 31/12 ascende o montante de 1.788.705,26€, ficando com uma margem face ao limite legal de 9.985.096,74€.

2.4. Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2015.

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2014 e 2015, pode-se concluir que os proveitos registaram um aumento global de 262.837 euros e os custos totais uma diminuição de 725.787 euros.

Verifica-se um acréscimo das transferências e subsídios obtidos em cerca de 442 mil euros, o qual está relacionada com a transferência do Ministério da educação e Ciência, relativa ao contrato interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação.

Q.27. Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2015		2014	
Custos e Perdas					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0		0	
	Matérias	203 540	203 540	236 911	236 911
62	Fornecimentos e serviços externos	4 341 629		4 218 372	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	1 599 901	0	1 476 221	0
643 a 648	Encargos sociais	413 124	6 354 654	360 945	6 055 538
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1 087 380	1 087 380	825 796	825 796
66	Amortizações do exercício	3 200 084		4 386 557	
67	Provisões	20 651	3 220 736	134 598	4 521 155
65	Outros custos e perdas operacionais	702	702	11 362	11 362
	(A) Custos e Perdas Operacionais		10 867 012		11 650 762
68	Custos e Perdas Financeiras	15 540	15 540	21 906	21 906
	(C) Custos e Perdas Correntes		10 882 552		11 672 668
69	Custos e perdas extraordinários	308 015	308 015	243 685	243 685
	(E) Custos e Perdas do Exercício		11 190 567		11 916 354
88	Resultado líquido do exercício		-1 183 328		-2 171 951
			10 007 239		9 744 402
Proveitos e ganhos					
	Vendas de produtos e prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	578		785	
7112+7113	Vendas de Produtos	91		0	
712	Prestações de serviços	190 578	191 247	210 037	210 822
72	Impostos e taxas	3 538 986		3 654 969	
	Variação da Produção	0	0	0	0
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	145 402		67 246	
74	Transferências e subsídios obtidos	4 711 799		4 269 764	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	6 832	8 403 018	2 574	7 994 553
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		8 594 265		8 205 375
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	529 208	529 208	524 114	524 114
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		9 123 473		8 729 490
79	Proveitos e ganhos extraordinários	883 766	883 766	1 014 913	1 014 913
	(F) Proveitos Totais		10 007 239		9 744 402
Resumo:					
	Resultados Operacionais	B-A	-2 272 747	-3 445 387	
	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	513 668	502 208	
	Resultados Correntes	D-C	-1 759 079	-2 943 179	
	Resultado líquido do exercício	F-E	-1 183 328	-2 171 951	

Q.28. Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		%
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	203 540	2%
Fornecimentos e serviços externos	4 341 629	39%
Custos com pessoal	2 013 025	18%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	1 087 380	10%
Amortizações e Provisões do exercício	3 220 736	29%
Outros custos e perdas operacionais	702	0%
Custos e Perdas Financeiras	15 540	0%
Custos e perdas extraordinários	308 015	3%
(E) Custos e Perdas do Exercício	11 190 567	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	191 247	2%
Impostos e taxas	3 538 986	35%
Proveitos suplementares	145 402	1%
Transferências e subsídios obtidos	4 711 799	47%
Outros proveitos e ganhos operacionais	6 832	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	529 208	5%
Proveitos e ganhos extraordinários	883 766	9%
(F) Proveitos Totais	10 007 239	
Resultados Operacionais	-2 272 747	
Resultados Financeiros	513 668	
Resultados Correntes	-1 759 079	
Resultado líquido do exercício	-1 183 328	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos representam o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 39% sobre os custos totais do exercício, seguido dos custos das amortizações e provisões com 29% do total da estrutura de custos, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 18% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 15%.

As transferências e subsídios obtidos representaram 47% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado.

Q.29. Estrutura de Custos

Custos	2013	2014	2015	VAR. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	216 636	236 911	203 540	-14,09%
Fornecimentos e serviços externos	3 798 901	4 218 372	4 341 629	2,92%
Custos com pessoal	1 874 323	1 837 166	2 013 025	9,57%
Transferências e subsídios concedidos	891 089	825 796	1 087 380	31,68%
Amortizações e Provisões Exercício	4 341 367	4 521 155	3 220 736	-28,76%
Outros custos operacionais	8 354	11 362	702	-93,82%
Custos financeiros	24 793	21 906	15 540	-29,06%
Custos extraordinários	127 271	243 685	308 015	26,40%
Total de custos	11 282 734	11 916 354	11 190 567	-6,09%

Pela leitura das demonstrações financeiras é visível que são os subcontratos os custos com maior representatividade no seio dos fornecimentos e serviços externos (representaram 50,28% dos fse's). Fundamentalmente, são custos relacionados com Recolha de Lixo através da VALORLIS [198.949,64€], Limpeza e recolhas de lixos através da SUMA [529.931,72€], Recolha de Efluentes através da SIMLIS (atual ACL), [978.995,84€], e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos, realizados pela empresa municipal – Iserbatalha [475.103,49€].

Para compensação da prática de preços sociais impostos pela autarquia no âmbito dos serviços de interesse geral entregues à empresa local ISERBATALHA, houve a necessidade de atribuição de subsídios à exploração no montante de 544.451,00 € para a reposição do seu equilíbrio económico e financeiro.

Q.30. Estrutura de Proveitos

Unidade: milhões de euros				
Proveitos	2013	2014	2015	VAR. (%)
Vendas de mercadorias	417	785	669	-14,81%
Prestação de serviços	194 819	210 037	190 578	-9,26%
Impostos e taxas	3 438 126	3 654 969	3 538 986	-3,17%
Transferências e subsídios obtidos	4 326 243	4 269 764	4 711 799	10,35%
Proveitos suplementares	585 020	67 246	145 402	116,22%
Outros proveitos operacionais	30 102	2 574	6 832	165,37%
Proveitos financeiros	13 377	524 114	529 208	0,97%
Proveitos extraordinários	746 179	1 014 913	883 766	-12,92%
Total de proveitos	9 334 283	9 744 402	10 007 239	3%

O aumento dos proveitos e ganhos em 262.836€ deve-se, essencialmente, à variação positiva ocorrida em proveitos suplementares e nas transferências e subsídios correntes conjugada com a redução na prestação de serviços, nos impostos e taxas e nos proveitos extraordinários.

2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, verifica-se que a tesouraria da autarquia está sólida. As disponibilidades existentes em depósitos à ordem, asseguraram integralmente as dívidas assumidas de curto prazo e garantiram os meios libertos para a assunção de novos compromissos de curto prazo. A situação da liquidez geral ainda seria mais expressiva, não fora o formalismo técnico-administrativo adotado na determinação dos proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, porque só são registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária.

A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extrato que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até sui generis dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

Q.31. Indicadores de estrutura

Capital Circulante	Existências	245 197 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	517 634 €	
	Títulos negociáveis	15 108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	1 258 428 €	
		2 036 367 €	
Liquidez Geral	Capital Circulante	2 036 367 €	1,93
	Exigível Curto Prazo	1 055 303 €	
Liquidez Reduzida	Capital Circulante-Stocks	1 791 170 €	1,70
	Exigível Curto Prazo	1 055 303 €	
Liquidez Imediata	Disponibilidades	1 258 428 €	1,19
	Exigível Curto Prazo	1 055 303 €	
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	48 041 377 €	73%
	Ativo Líquido	65 809 781 €	
Solvabilidade	Fundos Próprios	48 041 377 €	270%
	Passivo Total	17 768 404 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade,

revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

Q.32. Indicadores de Gestão Patrimonial

Indicador de imobilização dos Fundos Próprios	<= 1	Fundos Próprios	48 041 377 €	0,76
		Imobilizado Líquido	63 345 626 €	
Indicador da capacidade de Endividamento	>= 0,5	Fundos Próprios	48 041 377 €	0,97
		Capitais Permanentes	49 555 716 €	
Meios Libertos s/ o Ativo Líquido		R. Líq. + Amort. Prov. + Custos financ.	2 052 947 €	3%
		Activo Total Líquido	65 809 781 €	

2.6. Anotação de factos relevantes

No exercício em análise, ocorreu uma alteração da política contabilística relativamente às amortizações de bens de domínio público, designadamente das infraestruturas da rede viária, com impacto nas contas 59 – Resultados Transitados, 485 – Amortizações acumuladas de bens de domínio público e 665 – amortizações do exercício de bens de domínio público, medida esta aprovada em reunião do executivo através das deliberações nº 2016/0103/D.A.G. de 29 de fevereiro de 2016 e nº 2016/0127/D.A.G. de 14 de março de 2016.

2.7. Proposta de Aplicações de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 1.183.328,38 euros tenha a seguinte aplicação:

- - 1.183.328,38 euros para Resultados Transitados.

O resultado líquido do exercício de 2015 representa uma evolução positiva, pois, embora o resultado apurado ainda seja negativo de - 1.183.328,38 euros representa uma variação positiva face ao resultado líquido do exercício de 2014 em 45,5% (-2.171.951,22 euros), bem como já permite apurar um valor positivo de 2.037.407,20 euros de meios libertos líquidos (RL + Amortizações + Provisões), valor que releva a boa capacidade da Câmara em reembolsar capital alheio e permitir o autofinanciamento.

2.8. Considerações Finais

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho da Batalha, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Paços do Concelho, 08 de abril de 2016

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

